

INÍCIO

REPORTAGEM

MINIDOC

GALERIA DE FOTOS

MAPA

FAROL DO MUCURIPE: LUZ QUE RESISTE AO TEMPO



REFLEXOS DE UM POVO

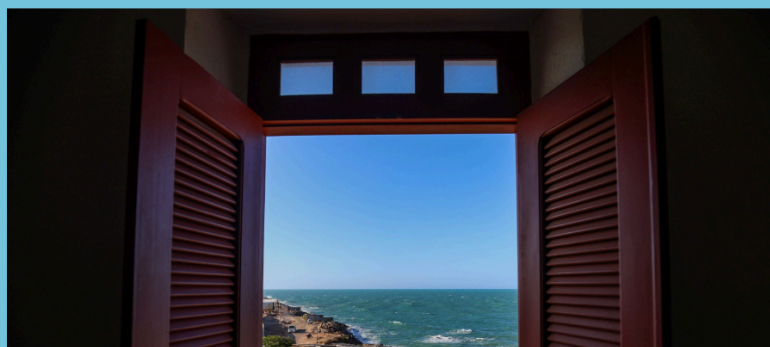
Guardião da história de Fortaleza, o Farol do Mucuripe é a memória viva da cidade e símbolo de pertencimento de seus habitantes. Após sucessivos casos de abandono, a luta para deixá-lo de pé garantiu nova vida ao patrimônio histórico do povo cearense.

Um prédio pode funcionar para além das paredes e dos materiais que foram reunidos para o colocar de pé. Ele testemunha de forma silenciosa os acontecimentos de uma cidade inteira. Prestes a completar 180 anos, o Farol do Mucuripe é um dos tantos personagens antigos da cidade de Fortaleza que resistem no tempo. Eternizada na bandeira do estado do Ceará e tombada como patrimônio histórico e artístico do povo cearense, a edificação enfrentou décadas de abandono, ameaçando enterrar a memória de Fortaleza e de seu povo.



A vista da torre de observação do farol mostra a comunidade do Titanzinho ao fundo.
Foto: Mateus Dantas.

Localizado no bairro Cais do Porto, região do Grande Mucuripe, o farol iluminava aproximadamente 24 km da costa litorânea, na zona portuária da capital, por onde as embarcações chegavam e partiam diariamente. No século XIX, quando não havia os grandes edifícios que hoje moldam a paisagem urbana da cidade, o monumento reinava absoluto, podendo ser avistado de vários pontos da cidade.





Do alto do farol, é possível ver o mar e o cotidiano da comunidade do Serviluz.
Foto: Mateus Dantas.

A construção carrega em suas paredes a marca do tempo e da resistência. “O Farol de Mucuripe é a cidade de Fortaleza, é uma metáfora da cidade. É resistência e é resiliência”, atesta o historiador e professor Evaldo Lima. A luz do candeeiro, que por anos serviu como aliado de navegadores que aportavam na ponta do Mucuripe, recebeu um novo destino.



O Farol de Mucuripe é a cidade de Fortaleza, é uma metáfora da cidade.

— Evaldo Lima, historiador e professor.

Desde 1958, quando foi totalmente inutilizada como instrumento de navegação, a edificação atravessou ciclos de reformas e abandonos. Na última década, a população quase assistiu ao seu fim, mas o caminho para reacender essa luz na história da cidade ganhou fôlego com a atuação do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE).

Travada pelos moradores da comunidade do Serviluz, no bairro Cais do Porto, a luta para que o prédio continuasse erguido recebeu um aliado na defesa da preservação do equipamento. A exigência era clara: o Governo do Estado deveria cumprir seu papel de guardião do farol e não permitir que ele fosse engolido pela erosão do tempo e pela negligência de anos. A cobrança por providências para que o patrimônio histórico do povo do Ceará fosse restaurado transformou o antigo farol em exemplo de mobilização popular.



A bandeira do Ceará contém quatro elementos da natureza, sendo o farol o símbolo atrelado ao fogo.
Imagem: Shutterstock

VOZES DA RESISTÊNCIA

Quando o tempo ameaçou apagar sua história, o Farol do Mucuripe foi defendido por quem se recusou a vê-lo ruir. Entre ofícios, audiências e mobilização popular, o monumento encontrou em sua gente e no MPCE a força para continuar de pé.

O ponto de partida que selou o destino do farol foi a interdição do equipamento em 2019 pela Defesa Civil de Fortaleza após uma série de episódios de colapso da estrutura, especialmente em períodos chuvosos na cidade. “Teve uma reunião da comunidade com a Promotoria da Habitação, que já discutia na época a retirada deles do local. Foi a partir daí que houve uma reclamação à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano. Quando chegou essa reclamação, foi dado início ao processo”, conta a promotora de Justiça do MPCE, Ann Celly Sampaio Cavalcante, acerca do recebimento de uma notícia de fato ao órgão, isto é, uma comunicação inicial para verificar indícios de irregularidades.

Cerca de seis anos antes da interdição, em dezembro de 2013, um relatório elaborado pela

equipe da Coordenadoria do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural (Copahc) da Secretaria da Cultura do Ceará (Secult) já apontava sinais avançados de deterioração com risco de comprometer a “estabilidade da edificação, caso providências urgentes não sejam tomadas”. O grupo técnico recomendava a interdição do prédio e o restauro, classificado como “fundamental para devolver a originalidade arquitetônica do monumento e oferecer as condições dignas de ocupação”.



Ann Celly Sampaio Cavalcante é promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE).
Foto: Mateus Dantas.

Outro fato que acendeu o alarme da equipe do MPCE foi a queda da cúpula do prédio no dia 20 de julho de 2021. Feita de bronze e vinda da França em ocasião da reforma pela qual o farol passou em 1871, a cúpula foi encomendada em razão da aproximação entre Brasil e França em meio ao matrimônio real entre a Princesa Isabel, herdeira do trono brasileiro, e o Conde D’eu, membro da Casa de Orléans, na França. No dia 29 de julho de 1871, mesmo dia do aniversário da Princesa Isabel, o luzeiro iniciou as operações até se apagar de vez em 13 de dezembro de 1958.

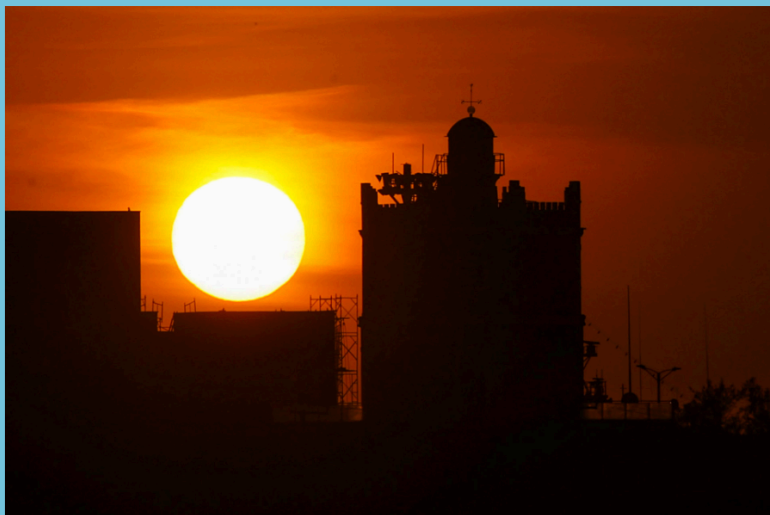
“Na hora em que a gente soube do deslocamento da cúpula, a gente ficou muito preocupado, aí nós marcamos reunião imediatamente (com o Governo do Estado). Eu acho que foi o pontapé inicial para eles perceberem que tinham que resolver aquele problema junto à comunidade e que precisava ser mais rápido, senão a gente ia perder tudo. De certa forma, (a queda da cúpula) nos ajudou a conseguir que os órgãos responsáveis tivessem mais responsabilidade com aquele símbolo do cearense”, revelou a promotora.



Eu acho que foi o pontapé inicial para eles perceberem que tinham que resolver aquele problema junto à comunidade e que precisava ser mais rápido, senão a gente ia perder tudo.

— Ann Celly Sampaio Cavalcante, promotora de Justiça.

Em uma das audiências públicas promovidas pelo MPCE a respeito do restauro do farol, o Governo do Estado chegou a afirmar que o equipamento não apresentava riscos de queda, contradizendo o relatório anterior elaborado por técnicos da Secult que alertava sobre o comprometimento da estrutura física do farol. “A gente tentou fazer um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), mas o Governo não aceitou, porém, se comprometeu em audiência de que ia iniciar a obra. Logo em seguida, eles disseram que iam começar a obra. Demorou bastante, e nós, novamente, oficiamos”, explica Ann Celly relatando a insistência com a gestão estadual para que iniciassem as obras.



Símbolo da cidade que nasceu voltada para o mar, o Farol da Mucuripe se revela em sombra e brilho.
Foto: Mateus Dantas.

Com receio de que as chuvas pudessem agravar ainda mais a estrutura do prédio, a promotora

de Justiça deu um ultimato, exigindo que as obras de restauro fossem iniciadas imediatamente pelo Governo do Estado. "Através de ofício, nós sinalizamos que, se eles não comesçassem, a gente ia entrar com ação civil pública, responsabilizando (o Governo) por todo o descaso que o farol teve. Porque, de todas as vezes que eles puderam iniciar, que era obrigação deles fazer, eles não fizeram".

A promotora Ann Celly Sampaio descreve que, a princípio, já havia discussões entre o poder público e a comunidade para revitalizar o farol e seu entorno. "Quando eu assumi a promotoria (2020) e nós começamos a solicitar informações aos órgãos, nós percebemos que havia uma discussão muito grande do projeto de revitalização no governo passado (Camilo Santana: 2015-2022). Havia a necessidade de fazer um acordo com a comunidade, que passava em torno de se eles seriam retirados, se seriam indenizados, o tamanho da área, já que ali era uma área pública onde foram feitas residências".



*O Farol do Mucuripe se integra ao cenário e à rotina de quem faz do bairro seu porto de vida.
Foto: Mateus Dantas.*

Em 9 de dezembro de 2021, o Governo do Ceará assinou o decreto estadual n.º 34.451, que determinava a desapropriação de uma área total de 13.848,09 m², em torno do Farol do Mucuripe, para permitir "maior visibilidade e acesso à faixa litorânea" em prol de fortalecer o turismo, de forma sustentável, "geração de emprego e renda, inclusão social e melhoria de vida dos cearenses". A área correspondia a um "terreno irregular" no cruzamento entre as avenidas Vicente de Castro e Zezé Diogo, no bairro Cais do Porto. Ainda segundo a legislação, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) ficaria encarregada pelos processos administrativos e judiciais do caso.

Quase três anos depois da publicação do ato administrativo que previa a desapropriação de imóveis que circundavam o farol, o governador Elmano de Freitas o revogou. O decreto estadual n.º 35.971 foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 25 de abril de 2024, anulando todo o processo que previa a retirada de imóveis do local. A nova legislação citava a "necessidade de reformulação do projeto relativo à reforma do Farol do Mucuripe". Para a comunidade do Serviluz, a revogação do decreto significou a permanência em seu território e o fortalecimento do vínculo histórico com um dos marcos mais emblemáticos da orla fortalezense. O direito de continuar a usufruir do farol ao lado de casa foi respeitado.



ECOS DO FAROL

Nas fundações do Farol do Mucuripe repousa a história de Fortaleza. Erguido sobre as ruínas do antigo reduto de São Luís, o monumento reflete a força do protagonismo da capital e as contradições que moldaram a cidade em quase dois séculos de acontecimentos.

Construído sobre as ruínas de um antigo reduto militar, o Fortim de São Luís, o Farol do Mucuripe constitui um marco histórico e simbólico da formação urbana e cultural de Fortaleza. Conforme destaca o historiador Evaldo Lima, sua origem remonta a um contexto estratégico de defesa territorial, em que a costa cearense era constantemente vigiada e disputada desde o período colonial. "Existem várias referências de fortes que são fundamentais na construção da nossa identidade. E aqui, sob o farol, descobriu-se na década de 1980 a estrutura de um antigo fortim, o Fortim de São Luís, que protegia a costa cearense", revela.





Ruínas do antigo reduto militar que faz parte do sítio arqueológico do Farol do Mucuripe.
Foto: Mateus Dantas.

A descoberta das estruturas do fortim revelou a profundidade histórica do local e reforçou a necessidade de estudos arqueológicos voltados à preservação da memória da cidade. A superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Ceará, Cristiane Buco detalha que todo o processo iniciado a partir do registro da área que abriga o farol como sítio arqueológico, em 2021, permitiu a preservação do terreno para a realização de escavação e da descoberta de diversas “reliíquias”, objetos encontrados sob a areia branca que encobria as ruínas do Fortim de São Luís.

Os achados foram considerados uma “surpresa” para a equipe, conforme confidenciou a arqueóloga, que não nutria boas expectativas, dada a ação do tempo, dos ventos, da chuva e da própria especificação do solo, em meio a dunas. São mais de mil fragmentos que, segundo Cristiane, remontam a três períodos distintos da história do Ceará. Eles culminaram na existência do farol na forma como conhecemos hoje.

Parte dos itens foi relacionada ao século XVIII, quando a edificação servia ao fortim. Há também os achados dos tempos de uso e manutenção do farol, no século XIX. E, por fim, os demais itens teriam pertencido aos ocupantes do prédio, que se sucederam no local e no seu entorno, já no século XX. Atualmente, o material é mantido em duas entidades de guarda em Fortaleza: o Instituto de Preservação e Guarda Arqueológica (IPGA) e o Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará (Instituto Tembetá).



Pedaços de louças utilizadas por residentes da área do farol encontrados durante escavação.
Foto: Mateus Dantas.

“A gente tem, principalmente, bolsas. Foram encontradas muitas bolsas, muitas faianças, como a gente chama, e louças inglesas. Então, você vai ter esses materiais mais antigos, históricos, que provavelmente estão associados à ocupação do fortim. Você vai ter materiais como ferros, que são associados à questão mais recente do próprio farol, que é a questão náutica, e tem materiais mais recentes ainda, que são das pessoas que ocuparam ali”, descreve.

A superintendente ressalta, inclusive, que a estrutura do forte não apenas é anterior à do farol, como parte da antiga construção foi utilizada para sustentá-lo. Descoberta que se deu em razão das escavações, feitas em parceria com moradores da comunidade local e profissionais, incluindo arqueólogos, engenheiros e arquitetos. A empresa ANX Engenharia e Arqueologia foi contratada pela Secretaria Estadual do Turismo para esse fim. Uma antiga calçada, que serviria para dar acesso ao fortim, também foi descoberta.

“A arquitetura, de certa forma, também vai contando uma história. E aquele prédio, se vocês observarem na lateral, em uma análise estratigráfica da construção, verão que o próprio farol aproveitou partes do fortim. Quando eles construíram o farol, eles construíram o farol no fortim”, detalha. “Já a calçada é interessante porque ela desce na lateral e vai para debaixo das casas que estão lá. É muito provável que ela tenha servido para subir charretes, porque ali eram dunas”, acredita.



Cristiane Buco é superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Ceará.
Foto: Mateus Dantas.

Para o historiador Evaldo Lima, o farol transcende a função técnica que um dia orientou os marinheiros. Ele assume papel central na construção da identidade fortalezense. Estampado na bandeira do Ceará, o equipamento representa resistência e resiliência, traços que, segundo o historiador, espelham o próprio espírito da cidade. Foi a partir da instalação do farol que Fortaleza consolidou sua hegemonia econômica no Ceará, tornando-se o principal polo exportador de algodão, o chamado "ouro branco", e inaugurando um período de prosperidade conhecido como a belle époque cearense. "Foi a partir deste farol que Fortaleza passou a vivenciar seu período de esplendor, o auge do ciclo econômico que transformou a cidade em referência para todo o Ceará", explica.

Ao relembrar a origem da construção, Evaldo situa o projeto no contexto da pós-Independência do Brasil, quando a segurança do território era prioridade. "O primeiro pedido para a construção do farol foi feito em 1826, quando o Ceará ainda vivia os reflexos da Confederação do Equador. Só em 1829, Dom Pedro I autorizou a obra, que seria erguida mais tarde, em 1846, já sob Dom Pedro II". Ele destaca, contudo, que o monumento tem raízes dolorosas. "Quem construiu o Farol do Mucuripe foi o braço escravo. É um marco da nossa história, mas também um lembrete das injustiças que sustentaram o progresso da cidade", observa.



Evaldo Lima é professor de história, com graduação e mestrado na área pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).
Foto: Mateus Dantas.

Muitos anos depois, com a desativação em 1958 e a construção de um novo farol mais moderno na cidade, o equipamento perdeu sua utilidade náutica, mas não o valor simbólico. "O farol velho perdeu a função de orientar a navegação, mas nunca perdeu o significado afetivo", ressaltava Evaldo. "A partir desse instante, se o poder público abandonou o farol, quem nunca o abandonou foram os moradores, são as pessoas aqui do entorno. Se você conversar com essas pessoas, muitas delas vão contar histórias de infância, de brincadeiras em torno do farol, de preservação de um equipamento que está profundamente umbilicalmente ligado a essa comunidade", compartilha.

A transformação do espaço em Museu do Jangadeiro, em 1982, foi uma tentativa de resgatar essa ligação com os moradores, embora sem a participação deles. "O verdadeiro sentido da restauração é construir parceria com quem vive aqui", afirma Evaldo. Quem acompanhou de perto uma das tentativas de transformar o Farol do Mucuripe em um espaço de memória para a cidade foi o jornalista, historiador e pesquisador Miguel Ângelo de Azevedo, conhecido como Nirez. À época, ele recebeu um convite para colaborar com a montagem de um pequeno museu no interior do farol.





Miguel Ângelo de Azevedo, conhecido como Nirez, é jornalista, historiador e pesquisador.
Foto: Mateus Dantas.

"Foi na época da Emcetur (Centro de Turismo do Ceará). O presidente da Emcetur estava envolvido e foi quem me contratou para fazer essas fotos. Eu fiz a escolha das fotos. Colocamos várias fotos importantes lá dentro", relembra. O entusiasmo inicial, no entanto, não teve continuidade. "Houve uma inauguração muito bonita, compareceram muitas pessoas, mas ficou abandonado", explica sem saber dizer qual foi o paradeiro dado a esse material que ele ajudou a montar no espaço cultural.



PRESERVAR PARA ETERNIZAR

Patrimônio tombado há mais de 40 anos, o Farol do Mucuripe enfrentou o abandono e a negligência. Para estudiosos, preservar é mais que restaurar, é garantir vida e significado a um símbolo que testemunha a história e a identidade de Fortaleza.

Tombado pelo Governo do Estado por meio do Decreto n.º 16.237/1983, de 30 de novembro de 1983, ano seguinte à abertura do Museu do Jangadeiro, o Estado assumiu o valor histórico e cultural do monumento, porém, a proteção no mundo jurídico não evitou que sua história quase tivesse chegado ao fim. "A melhor forma de preservar é usar. Um espaço que não é vivido perde o sentido. As reformas só terão valor se respeitarem a memória do lugar e o diálogo com quem mora aqui", admite o professor Evaldo, reconhecendo que o ciclo de restaurações seguido por períodos de abandono marcou negativamente a trajetória do farol nas últimas quatro décadas.

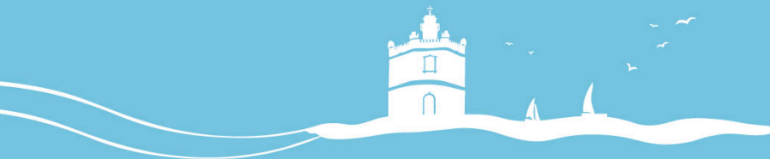
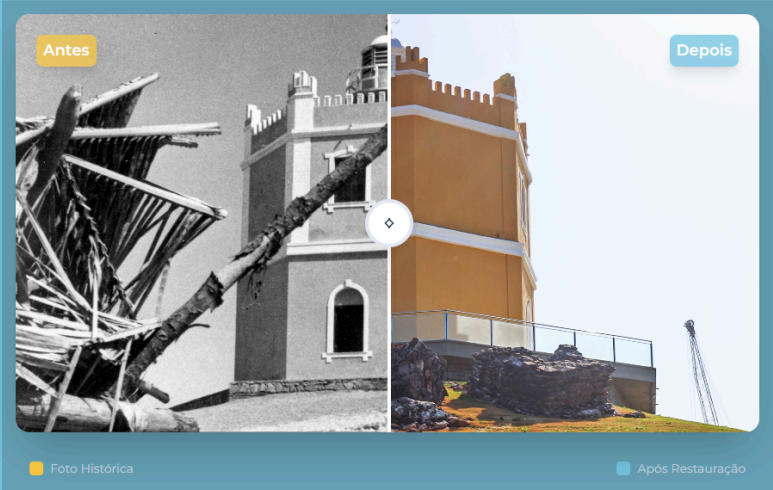
A experiência de anos de pesquisa evidencia uma prática recorrente em Fortaleza, segundo Nirez: inaugurar espaços culturais sem garantir sua manutenção. Conforme o historiador, "eles (o poder público) querem fazer a coisa aparecer. Apareceu, fez, houve a propaganda, aí abandona. É como propaganda política". Apesar do abandono, o pesquisador destaca a relevância de preservar o farol como testemunho da história da cidade. "Você não pode ter história sem uma prova. Não é proibir qualquer prédio velho de ser derrubado, não. É preservar os importantes, os que significaram alguma coisa para a cidade".



Outro aspecto ressaltado por Nirez é o valor simbólico do farol como testemunho de diferentes épocas da cidade. Aos 91 anos, ele recorda que a construção, inaugurada em 1846, é um dos poucos

marcos do século XIX ainda de pé em Fortaleza. Quando a gente se refere às construções antigas da cidade, ele é um dos mais antigos. Porque Fortaleza, apesar de estar comemorando seus 300 anos, os equipamentos que formam a cidade têm pouco mais de 100 anos", observa. Para o historiador, o farol ocupa um lugar singular na paisagem urbana, ao lado de outras edificações preservadas, como a antiga estação de trem Professor João Felipe (hoje Estação das Artes), a Igreja do Rosário e o prédio da antiga sede da Assembleia Legislativa, que hoje abriga o Museu do Ceará.

Para Nirez, a preservação do Farol do Mucuri e de outros equipamentos históricos de Fortaleza deve ser pensada de forma cuidadosa, com envolvimento de especialistas em história e urbanismo. Ele alerta que, sem isso, há o risco de o espaço voltar a ser apenas cenário. "Se for só fazer a reforma bonitinha e jogar lá no canto, aí se acaba. Tem que ter uma equipe formada por pessoas que gostem de história e de urbanismo, arquitetos, por exemplo, pessoal bastante culto nesse sentido, e que eles estudem uma maneira do que deve ser colocado ali, o que deve ser explorado naquele local". Para o jornalista, o farol, mais do que um marco físico, é um símbolo da cidade e uma oportunidade de despertar nas novas gerações o interesse pela memória de Fortaleza.



CASTELO ENCANTADO

De castelo de piratas imaginado pelas crianças a símbolo de identidade, o Farol do Mucuri habita o imaginário de quem cresceu no Serviluz. Suas escadas, muros e memórias guardam o encanto de gerações que o transformaram em parte da própria história.

À beira da praia, entre os ventos fortes que sopravam do litoral e a imaginação fértil das crianças do Serviluz, o Farol do Mucuri foi cenário das brincadeiras de Kátia Lima (49). “Minhas primeiras memórias quando eu olho para o farol são a beira da praia e o farol, brincando de castelo e pirata junto com os meus amigos”, conta a moradora, nascida no bairro e vice-presidente da Associação Comissão Titan. Da lembrança da época de criança, ela conta que, além da praia, o único espaço físico de lazer no bairro era o farol. O castelo, como a imaginação infantil apelidava a construção, ficava sobre um morro de areia que também servia de pista para descidas improvisadas em pedaços de papelão.

“Entre essas subidas e descidas, tinham umas rampas onde a gente escorregava, junto com os amigos. A gente pulava e passava muito pela casa do seu Lucas, morador antigo, carpinteiro, que até hoje faz embarcações. A gente brincava nos barcos, nessa correria de que o castelo era nosso, de pirata, e aí tinha essa disputa. Quando éramos piratas, a gente corria também para dentro d’água para encontrar alguns tesouros”, recorda Kátia, saudosa de como eram divertidas as brincadeiras infantis ao redor do farol nos anos 1980.





Kátia Lima é moradora da comunidade do Serviluz e vice-presidente da Associação Comissão Titan.
Foto: Mateus Dantas.

Outro que compartilha do mesmo conto é André Luís dos Santos (55), morador do Serviluz desde que nasceu. Lá se vão mais de meio século tendo o Farol do Mucuripe como cartão-postal. A primeira lembrança do patrimônio é a infância, como conta o morador. Nas mãos, uma espada artesanal feita de cabo de vassoura e, na fábula, um guerreiro guardião. "A gente não deixava os invasores tomarem nosso castelo. A nossa praia era diversão pela manhã e, durante a tarde, a gente vinha para o farol brincar de espada", contou entusiasmado.



A gente não deixava os invasores tomarem nosso castelo. A nossa praia era diversão pela manhã e, à tarde, a gente vinha para o farol brincar de espada.

— André Luís dos Santos, morador do Serviluz.

Entre as brincadeiras ao redor do farol, André Luís lembra que aos 12 anos encontrou um objeto curioso. "Eu vinha na minha carretilhazinha e topei num objeto. E eu, curioso, fui cavar. Era uma bala de canhão. Eu guardei por um tempo essa bala de canhão. Na infância, eu dava para outros meninos brincar até sumir", recorda. A história da infância se relaciona com as descobertas arqueológicas do local, segundo a superintendente do Iphan, Cristiane Buco. "Tem até o local da canaleta, onde teriam sido colocados canhões. A gente não sabe dizer se, de fato, isso foi usado ou se era uma fortificação para proteger. A gente não consegue chegar ao uso".



André Luís dos Santos é morador do Serviluz e guarda boas recordações do farol na infância.
Foto: Mateus Dantas.

As gerações seguintes também guardam lembranças parecidas. Francisco André da Silva Souza (46), conhecido na comunidade como Andreção, nasceu e cresceu no bairro onde construiu toda a sua história. Pai e avô, Andreção carrega ali as raízes de seus antepassados que fixaram residência no bairro. Da laje de sua residência, Andreção contempla o monumento repleto de significado para a comunidade. "Olhando aqui de fora, o farol de hoje me lembra muito o farol de antigamente. Eu vejo um pouco mais bonito. As cores permanecem as mesmas, um pouco mais vivas, no tom amarelo e branco. Mudaram poucas coisas, como a escadaria, por exemplo, que antes fazia uma espécie de Z e hoje está reta. Acho que ficou até mais bonita", reconhece.

Já Igor Cavalcante (32), o Igão, atualmente presidente do Instituto Serviluz, tira da memória suas lembranças atreladas ao pai e aos primos. "Escorregava nas escadas como se fosse um escorregador, comprava refrigerante naquelas máquinas que, para nós, eram mágicas, colocava o dinheiro e caía o refri. Ficava imaginando como aquilo acontecia. Era o nosso parquinho", descreve a máquina de refrigerante que havia no local. Já de uma geração mais contemporânea, Igor teve acesso ao Museu do Farol, que foi instalado em suas dependências no ano de 1982, nove anos antes de nascer. "Tinha um museu e um mirante que a gente conseguia subir. Foi uma época muito marcante da minha vida", completa.





Igor Cavalcante, o Igão, é agitador cultural e presidente do Instituto Serviluz.
Foto: Mateus Dantas.

“Muitos (moradores) guardam lembranças de infância, de brincadeiras ao redor do monumento. Esse vínculo afetivo foi o que manteve viva a memória do lugar”, comenta o historiador Evaldo Lima. Ele acrescenta: “Hoje, o farol pode voltar a ser um espaço de convivência, de cultura, de roda de conversa, de arte. Mas isso só será possível com a união entre o Estado e a comunidade”, aposta Evaldo, que acredita no alinhamento de forças para manter o Farol do Mucuripe vivo, ativo e imponente no cenário costeiro da cidade e no imaginário dos fortalezenses.

ACERVO AFETIVO

Para muitos moradores do Serviluz, o Farol do Mucuripe é um espaço de pertencimento, cenário de descobertas e oportunidades. Entre memórias e narrativas, ele iluminou vidas e segue apontando caminhos entre o passado e o futuro.

Conhecido como Museu do Jangadeiro ou Museu do Farol, o equipamento recebeu em 1982 um acervo histórico que se dedicava a preservar a história da navegação e da pesca na região. “O local contava as histórias dos pescadores. O pessoal de fora vinha, batia fotos, divulgava essas histórias. Era um museu muito lindo e foi a minha primeira experiência”, narra André Luiz, lembrando do interior do local com réplicas de jangadas, quadros de pescadores, imagens com bonecos, artesanatos, antiguidades, pratos antigos, colheres, copos, lamparinas, lâmpioes, filtros. “Era muito lindo”, admite.



Francisco André da Silva Souza, o Andreão, é pai e avô de duas crianças. Todos moram a poucos metros do farol.
Foto: Mateus Dantas.

Com o fluxo intenso de visitação no prédio, tanto de turistas como da população da cidade, o equipamento atraía os olhares quase todos os dias da semana. “De terça a domingo tinha visita o dia todo”, conta Andreão. O residente ressalta que, na maioria das vezes, os visitantes ficavam deslumbrados com a estrutura do prédio por parecer realmente um castelo com sua escadaria e sua torre imponente. “Para nós, além de ser ponto de visita, era meio que um conto de fadas visitar e participar aqui das atividades do farol”.

Andreão acrescenta que percebeu uma oportunidade com a chegada de visitantes ao equipamento. “Vi a oportunidade de ganhar algum dinheirinho com a visita dessas pessoas de fora. Não só eu como meus amigos da época. As pessoas usavam esse espaço para estacionar os carros e subiam, então, nós nos oferecíamos para ‘pastorar’ os carros em troca de algum trocado para ajudar em casa, comprar um lanche, material escolar. O farol não só é um símbolo da nossa comunidade, ele serviu como meio de oportunidade e renda”, reconhece.



Crianças que vivem no entorno do farol agora têm a oportunidade de usufruir do equipamento.
Foto: Mateus Dantas.

Para o historiador Evaldo Lima, o futuro do Farol do Mucuripe depende do equilíbrio entre o poder público e a população. “O Estado deve garantir a preservação e a gestão do espaço, mas é a comunidade que dá vida ao patrimônio. O morador não quer ser funcionário do Estado; ele quer ter um espaço de pertencimento, de expressão, de lazer, de arte”.

O historiador defende que a nova etapa do farol seja também um reencontro entre passado e futuro. “Este farol é mais do que ferro, madeira, cimento e areia. É memória viva. Eu acredito que a grande possibilidade com o restauro do Farol do Mucuripe é que esse local seja uma referência, um ponto de encontro entre o passado e o futuro, em que as novas memórias possam ser construídas pelas crianças, pelos jovens, pelos trabalhadores e pela cidade de Fortaleza”, vislumbra.

“ Este farol é mais do que ferro, madeira, cimento e areia. É memória viva.

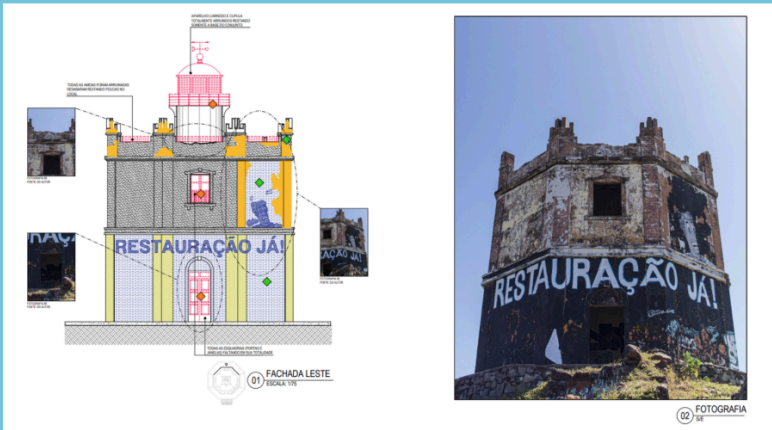
— Evaldo Lima, historiador e professor.



OBRA E(M) COMUNIDADE ENTRELAÇADAS

O Farol do Mucuripe renasceu das mãos da própria comunidade e reacendeu memórias e oportunidades de trabalho. Com moradores trabalhando no canteiro de obras, cada parede agora guarda também a história de quem ajudou a reconstruir o símbolo do Ceará.

O dia em que os moradores tanto esperavam finalmente chegou. O governador Elmano de Freitas assinou a ordem de serviço para as obras de restauro do Farol do Mucuripe no dia 18 de setembro de 2024, em evento realizado no entorno do equipamento. Na ocasião, o chefe do Executivo estadual anunciou que a primeira parte do projeto de revitalização do espaço seria a recuperação do bem tombado.



À esquerda, a planta do projeto de revitalização do Farol do Mucuripe e, ao lado, o prédio grafitado com palavras de ordem.

Uma segunda fase seria destinada à urbanização, com melhorias no entorno. Ainda no anúncio, também foi divulgado que as secretarias estaduais do Turismo e da Cultura definiriam um plano de gestão do equipamento após a conclusão dos trabalhos, cuja execução ficou a cargo da Superintendência de Obras Públicas (SOP).

As obras compreenderam a ampliação da varanda que contorna o prédio e a restauração da escada helicoidal de ferro fundido e do lampadário central. As esquadrias (portas e janelas) da fachada, as estruturas de metal e concreto foram reparadas, e os ornamentos danificados foram restaurados. O edifício recebeu nova pintura conforme o projeto de restauro, e os trilhos do pavimento superior foram removidos.



Escoras metálicas que sustentavam o interior do prédio deteriorado após cobrança do Ministério Público. Foto: Tiago Stille (Governo do Ceará).

O projeto também refez a calçada e a escada de acesso ao prédio, instalou uma plataforma de observação e guarda-corpos de vidros que cercam o farol da parte inferior e superior, além de pavimentar e urbanizar a praça ao redor, com a instalação de brinquedopraça e aparelhos de academia, valorizando ainda mais o conjunto histórico e seu entorno.

Em ambas as fases anunciadas pelo Governo do Ceará, havia previsão da participação da comunidade tanto no envio de solicitações de melhorias no entorno como no aproveitamento de profissionais locais no trabalho da obra em si. “É muito importante que a comunidade se sinta participando, para preservar e conservar. Queremos também desenvolver o turismo não só com o farol, mas com a praia e outros investimentos. A ideia é ouvir com a comunidade”, reforçou o governador em fala durante o evento de assinatura da ordem de serviço.

Erivanda Lima foi uma das moradoras que tiveram a chance de colaborar para o retorno do Farol do Mucuripe. Contratada inicialmente para a função de almoxarifado, ela também desempenhou as atividades de mestre de obras até acender à supervisão da obra, como técnica em segurança do trabalho. Aos 29 anos, ela nunca havia conseguido colocar em prática o que aprendeu no curso técnico em segurança do trabalho, concluído no ano de 2017.



Erivanda Lima é moradora do Serviluz e trabalhou nas obras de restauro e urbanização do farol como supervisora. Foto: Mateus Dantas.

Além dela, outros quatro moradores, entre pedreiros e serventes, também colocaram a mão para recuperar o símbolo da comunidade, inclusive o pai, o senhor Rumão Erivan de Lima, que trabalhou como pedreiro. “Eu e meu pai somos bastante amigos, sinto muito orgulho dele, tudo o que sou hoje é graças a ele. Lembro muito bem, quando ele ia sair para fazer orçamentos de trabalho e me levava para fazer anotações para ele, e eu curiosa para saber mais do que ele fazia”, descreve a jovem moradora da comunidade do Serviluz, no bairro Cais do Porto.

Ela recorda a experiência marcante de poder dividir a rotina de trabalho ao lado do pai e dos

amigos que fez ao longo dos meses de serviço no farol. “Crescer e viver tudo isso ao lado dele é muito surreal. Cada reboco feito por ele, eu ficava admirando. A mureta da escada feita por ele, tudo me dava orgulho, sem falar no ótimo profissional que ele é. Fui a única mulher na obra. Cada um que estava ali no meu convívio me ensinou muito, só orgulho de todos eles”, declara Erivanda.



Parte da equipe que trabalhou na obra, incluindo moradores do Serviluz, bem como Erivanda e o pai Rumão.
Imagem: Arquivo pessoal.



Crescer e viver tudo isso ao lado dele é muito surreal. Cada reboco feito por ele, eu ficava admirando.

— Erivanda, moradora do Serviluz e supervisora da obra.

Durante a execução da obra, a comunidade participou ativamente com sugestões e observações. “Os moradores solicitaram, por exemplo, a instalação de vidros na mureta, porque o acesso ficaria muito fácil e vulnerável. Fizeram um ofício e o pedido foi atendido”, explica Erivanda. Ela também fez questão de sugerir a criação de um espaço para as crianças. “Como ali ao lado do farol tinha um escorrega, sugeri um parquinho, pois nossa comunidade não tinha um local de lazer para a criançada. E assim foi atendido”, informa.

Para a técnica em segurança do trabalho, participar da restauração de um símbolo tão importante para o bairro e para Fortaleza foi mais do que um trabalho, foi uma experiência de pertencimento e de cuidado. Ao tentar resumir o que o farol representa na sua vida, Erivanda reflete: “Resumir em uma palavra é muito difícil, sabe? É um misto de sentimentos, muitas lembranças boas. Só consigo olhar e voltar à minha infância: fotos lá no topo, brincava de escorrega. Sentimentos indescritíveis, só quem viveu sabe”.

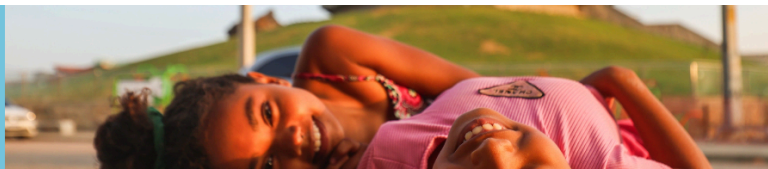


TEMPO DE RECOMEÇO

Entre o passado e a futura, o Farol do Mucuripe reacende sua luz como espaço cultural e turístico para a cidade. Restaurado com a participação da comunidade, o monumento reafirma a força da memória e segue seu caminho para a eternidade.

Da assinatura da ordem de serviço à inauguração, foram necessários 382 dias e R\$ 2,9 milhões provenientes de recursos do Tesouro Estadual. O Farol do Mucuripe ressurgiu, mais uma vez, em Fortaleza como um símbolo da resistência da memória, agora restaurado e devolvido à população. O reencontro da cidade com sua própria história, mas sobretudo com a comunidade que o cerca, estabelece mais um marco na linha temporal do equipamento. “Hoje eu vejo com grande alegria que finalmente a obra foi concluída, mas todo o processo foi muito triste, foi de muito descaso, foi bem triste, mas que bom que teve um final feliz”, resume a promotora de Justiça Ann Celly Sampaio Cavalcante, que acompanhou de perto o processo de recuperação e cobrança.





na nossa bandeira. É um patrimônio tombado, um imóvel do século XIX, que representa a nossa cultura e a nossa identidade ligada ao mar, os nossos pescadores, os nossos jangadeiros, que tinham ali no farol um lugar de localização, de iluminação, e que, ao longo dos anos, ele virou esse símbolo importante que representa a nossa cidade e o nosso Estado", admite a secretária da Cultura do Ceará, Luísa Cela.

A gestora lembra que a atual restauração foi fruto de um processo coletivo de escuta e negociação com a comunidade, que participou ativamente das decisões sobre o futuro do equipamento. "O governador Camilo garantiu o projeto de restauro, um projeto que foi pactuado e discutido com a comunidade. As reivindicações feitas pela comunidade foram acatadas pelo governador Elmano e, logo na sequência, após as aprovações necessárias, imediatamente o governador licitou, iniciou a obra e cumpriu o prazo de entrega da obra no período de um ano. Agora o farol está lá, bonito, iluminado, ocupado pela comunidade, trazendo autoestima para o povo do Ceará", observa a secretária, reforçando o papel democrático estabelecido com os moradores.

Para o historiador Evaldo Lima, o diferencial dessa nova etapa está justamente na participação popular. "Desta vez, houve diálogo. A comunidade participou das discussões, apontou soluções, reivindicou melhorias. É isso que nos permite acreditar que agora será diferente. Acredito que a possibilidade de êxito é exatamente por causa da participação da sociedade e da comunidade na gestão deste equipamento", afirma, acreditando que a gestão compartilhada que se pretende fazer no equipamento é fundamental para que o Farol não caia no abandono de novo.

